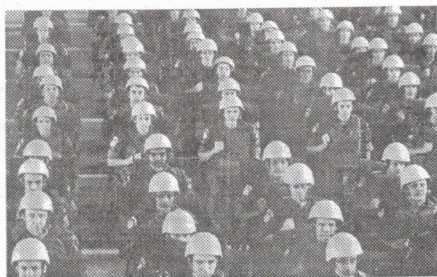
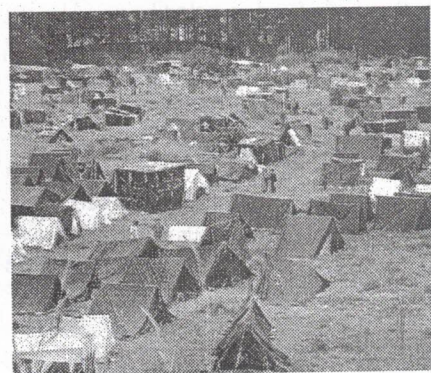


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIV - Nº 282 - DE 31 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2004 - R\$ 1,50

## Os latifundiários se organizam e acirram a luta de classe no campo



**Brasil se submete ao imperialismo  
e envia tropas ao Haiti**

**Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?**

**Chega de demissão! Emprego para todos!**

**ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO**

**(divisão de todo o trabalho disponível  
entre os que possam trabalhar)**

**Unir empregados e desempregados numa só luta!**

**O JCC é a política do imperialismo para aumentar  
a repressão nas escolas e tem de ser combatido**

**Combater a Reforma Universitária privatista e  
destruidora do ensino do governo do PT/Lula**

**A situação revolucionária na Bolívia**

## Quinzena de Lutas

**Desemprego tem maior marca desde 85 em São Paulo**

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo bateu recorde em abril. O índice subiu de 20,6%, em março, para 20,7%, no mês passado. Esta é a maior taxa desde 1985, quando a pesquisa foi iniciada pela Fundação Seade e pelo Dieese. O levantamento mostrou também que pelo terceiro mês consecutivo o rendimento médio real do trabalhador na Grande São Paulo apresentou queda. A renda caiu 1,5% em março, na comparação com o mês anterior, alcançando uma média de R\$ 943. Desemprego e rebaixamento salarial resultam em mais miséria das massas. Por sua vez, expressam a decadência da economia capitalista. Não podemos ser tolerantes com essa situação. Está colocado organizar o movimento por emprego, um salário mínimo de 2 mil reais e reposição das perdas. A burocracia sindical da CUT e da Força Sindical deve ser denunciada por colaborar com a burguesia e o governo.

### Greve na Volks-Audi do Paraná

No dia 10 de maio os operários da fábrica da Volks-Audi de São José dos Pinhais, no Paraná, iniciaram uma paralisação para cobrar da empresa uma negociação em torno da redução da jornada de e a eliminação do Banco de horas e do PLR. No dia 14, com a luta dos companheiros conseguiram a eliminação do banco de horas, PLR de R\$ 2.950,00 e a redução da jornada de 42 para 40 horas semanais. A Direção da empresa recorreu com relação à diminuição da jornada. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deu suspensão parcial de sentença do TRT do Paraná, mas os operários não se intimidaram com a medida do TST e resolveram entrar novamente em greve pelos seus direitos. Ao final do movimento, um acordo cedeu a redução da jornada e parcelou o PLR.

### Bancários abrem campanha salarial

Os bancários de São Paulo deram na noite de quinta-feira dia 19/05 o pontapé inicial da campanha salarial deste ano. A data-base é 1º de setembro, mas os sindicalistas decidiram antecipar as atividades. A pauta de reivindicações será definida entre 5 e 8 de junho, durante conferência nacional da categoria. O setor reúne mais de 380 mil trabalhadores em todo o país. Os banqueiros têm

obtido a mais alta lucratividade. Os bancários, ao contrário, têm sido sacrificados com demissões e arrocho salarial. Mas não encontram na direção burocrática do PT confiança para se unir, uma vez que sua política fica só na denúncia e não organiza o combate unitário. É hora de fazer a campanha baseada na bandeira de unidade total, grevista e assentada em comitês de base.

### Greve de servidor ganha adesão do Judiciário Federal

Funcionários do INSS completaram dia 19/05 um mês em greve

Os funcionários da Justiça federal iniciaram nesse mesmo dia a greve em São Paulo. O movimento faz parte da campanha unificada dos servidores públicos. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, a greve começou pelo Tribunal Regional Federal (5 mil funcionários). No dia 20 contaram com a adesão dos servidores da Justiça Eleitoral (2 mil) e, na sexta-feira dia 21, da Justiça do Trabalho (4 mil). Os servidores do Judiciário querem reajuste emergencial de 50,19%, manutenção da paridade salarial entre ativos e inativos e o fim da gratificação de desempenho.

### INSS

A paralisação dos servidores do INSS completou um mês, deixando 900 mil segurados no estado de São Paulo sem atendimento por causa do protesto. Na capital paulista o saldo era 17 agências fechadas, seis abertas e quatro funcionando parcialmente na capital.

A resistência dos trabalhadores do INSS é heróica e deve servir de exemplo. O governo bate forte contra eles. É necessária a unidade do funcionalismo numa greve geral, dirigida por um comando nacional eleito pela base em assembleias.

### Proposta feita pelo Governo divide campanha dos servidores federais

O Governo conseguiu dividir a campanha salarial unificada do funcionalismo federal. Na quinta dia 20/05, a plenária da Confederação Nacional dos Servidores Federais aprovou a proposta de acordo salarial feita pelo Ministério do Planejamento e deve encerrar até o final da semana a paralisação, iniciada na semana passada.

A entidade representa cerca de 600 mil dos 900 mil servidores ativos e aposentados em todo o país. São os chamados sem-carreira. Entre eles estão os funcionários da Advocacia Geral da União, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Ministério do Trabalho. Em São Paulo, a paralisação destes funcionários atinge principalmente a Delegacia Regional do Trabalho, que está fechada.

### Kraft Foods vai fechar a unidade de Jundiá

A empresa tem 520 trabalhadores

A multinacional de produtos alimentícios Kraft Foods vai fechar, no ano que vem, a unidade de Jundiá, que emprega 520 trabalhadores na produção de sobremesas da marca Royal e das bebidas em pó Ki-Suco e Q-refres-ko. A linha de produção será transferida para Curitiba (PR), onde a empresa inaugurou, no ano passado, uma fábrica que processa os sucos instantâneos das marcas Tang, Fresh e Cligth.

O fechamento foi comunicado ontem aos trabalhadores. Segundo a multinacional, menos de 10% dos atuais empregados serão reaproveitados em Curitiba. A empresa iniciará o desligamento em 2005. A desativação da fábrica será concluída em setembro. Para quem for dispensado, a Kraft Foods promete programas de reciclagem e recolocação profissional, o que é uma farsa que procura amenizar o impacto das demissões.

A única reação dos pelegos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Jundiá é fazer uma assembleia com os trabalhadores e negociar com a empresa um pacote de benefícios para quem for dispensado.

Jundiá tem enfrentado uma retração na indústria alimentícia, com várias fábricas deixando a região e fechando postos de trabalho. Entre elas estão a Cica, que empregava 1.100 trabalhadores até se mudar para Goiás, e a Etti, que fechou 600 postos de trabalho ao se transferir para Araçatuba, no Interior do estado. Os industriais e os governos fazem acordos de compensação fiscal e de subsídios para realizar essas transferências. Os capitalistas aproveitam essas vantagens, fecham unidades, demitem e abrem outras com operários ganhando menos. Vemos que os assalariados não passam de instrumentos para os capitalistas. Não podemos aceitar essas medidas, temos de lutar pelo controle operário da produção, usando o método da ocupação e a organização das comissões fabris.

## Denúncias

### PT decide pela fome de milhões

O governo Lula decidiu no começo de maio por um salário mínimo de R\$260,00. Valor esse que estremeceu a maioria trabalhadora, que esperava que o PT cumprisse a promessa de elevá-lo bem acima do índice inflacionário. Como haverá a votação definitiva no Congresso, a direção nacional do PT aprovou, em fins de maio, por 12 votos a 5 uma resolução que afirma os R\$260,00. Essa resolução serve para exigir dos parlamentares petistas que votem a favor da Medida Provisória governamental. Em seguida, José Genoíno reunirá as bancadas na Câmara e no Senado para dizer que ninguém deve contrariar a decisão de Lula, porque estaria quebrando a diretriz de política econômica e financeira do governo. O líder da Câmara, Arlindo Chinaglia, que no passado posou de esquerdista, irá fazer coro para que seus subordinados não quebrem a orientação governamental. Resta saber se deputados como Ivan Valente sustentarão o voto em favor de um mínimo de R\$ 300,00. Essa esquerda geralmente faz barulho opositorista e depois abaixa a crista.

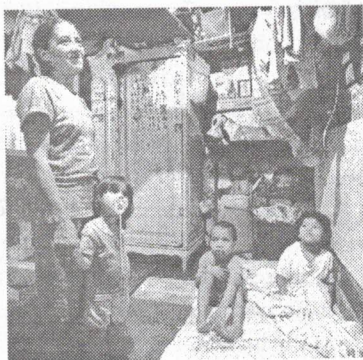
Mas o fundamental é que a confirmação do PT pelos R\$260,00 constitui a confissão de que se trata de um partido incapaz de enfrentar as pressões do imperialismo sobre a política do governo Lula e age em favor da fome de milhões de trabalhadores. Os R\$260,00 ou R\$300,00 mantém a superexploração e a mutilação da vida de milhões.

A burocracia sindical da CUT e da Força, por sua vez, dizem que não dá para aceitar esse reajuste de vinte reais, mas, na prática se submetem ao que o governo impõe. Sabemos que para uma família de quatro pessoas sobreviver é necessário um salário mínimo acima de R\$2000,00.

Denunciamos esses vendilhões e vamos às ruas contra a fome e a miséria e em defesa do salário mínimo vital.

### É preciso combater a fome com os métodos da classe operária

Segundo a pesquisa do IBGE, existem 48,534 milhões de famílias no país em 2003. E só aquelas que ganham mais de R\$3000,00 recebem, em média, o suficiente para cobrir os gastos mensais. Elas correspondem a 15% do total de famílias brasileiras (Folha de São Paulo-20/5). Está aí uma clara prova de que o salário mínimo vital não pode ser inferior a três mil reais.



Esse dado econômico-social explica o fato da mesma pesquisa indicar que '85% das famílias têm algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com seu rendimento, e 46,6% dos entrevistados' responderem que têm 'restrições para comprar alimentos'. 27,15% dos lares responderam terem muita dificuldade para viver com que ganham. 23,73% disseram ter dificuldade e 34,57% disseram ter alguma dificuldade. 'Apenas

0,72% respondeu ter muita facilidade para vencer o mês com a renda da família. Não é preciso tantas nuances, como a das respostas, para saber que milhões mal se alimentam e milhões passam fome. A grande maioria vai da pobreza à miserabilidade.

A concentração de capital e riqueza, que permite a ultra-minoria viver em requintada luxuosidade, se assenta em uma base social sacrificada ao extremo. Essa ultra-minoria é dona dos meios de produção, comanda o Estado, maneja os partidos no Parlamento e corrompe a burocracia sindical. Trata a maioria explorada como serviçais e a encantona como massa empobrecida nos bairros proletários, favelas, cortiços, ruas e beira de estradas. Responde às revoltas dos oprimidos com severas punições judiciais e com violenta repressão policial.

A burguesia parasita enriquece às custas da superexploração e da miséria da maioria. Por isso mesmo, o capitalismo é um sistema que está fadado a apodrecer e a ser enterrado pela revolução proletária. Trata-se de superar os bloqueios à construção do partido revolucionário. É com esse instrumento que os oprimidos sepultarão a burguesia selvagem e seu sistema bárbaro de exploração.

A emancipação da classe operária do sistema assalariado e da ditadura de classe da burguesia permitirá construir a sociedade socialista e, com ela, erradicar a fome e a miséria.

### Estado burguês é povoado de quadrilhas

A Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora), coordenadora de 40 organizações não-governamentais (ONGs), está sendo investigada pela suspeita de desvio



de cerca de 900 mil reais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Notas falsificadas de 33 empresas inexistentes indicam que a Ágora é uma agência de corrupção, instalada no seio do governo PT/Lula. Ocorre que o presidente dessa instituição, o empresário Mauro Dutra, é um apaniguado do Presidente da República. Ligado a essa figura constam o nome de Swedenberger Barbosa, que ocupa o cargo de secretário-executivo da Casa Civil, servindo a José Dirceu de assessor. Essa segunda figura foi sócio e conselheiro da Ágora de 2001 a 2003. Mais ainda, a Ágora nasceu da iniciativa de um grupo de petistas, que como bons samaritanos pretendiam combater a fome e a pobreza, usando o dinheiro do Estado. Declara-se sem fins lucrativos.

Na verdade, fazem das ONGs meios de sobrevivência de parasitas, vestidos de bem intencionados. Servem aos interesses da burguesia com seus projetos assistencialistas e de catequese ideológica-cultural da juventude oprimida.

A revelação desse novo escândalo é atribuída às disputas

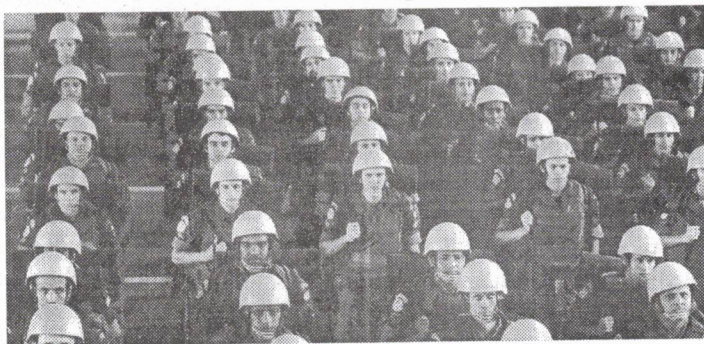
no interior do Estado, com o PFL e PSDB na oposição. A aproximação das eleições municipais, constituição de alianças e benefícios estatais levam a denúncia entre quadrilheiros. Quando veio à tona a acusação contra Waldomiro Diniz, também ex-assessor de José Dirceu, o governo responsabilizou o PSDB e sua figura máxima José Serra. É bom recordar que algo parecido aconteceu nas eleições presidenciais com a surpreendente denúncia de corrupção contra Rosane Sarney. Em seguida, veio à luz do dia a façanha do grampo aos telefones da oposição instalados a mando de Antônio Carlos Magalhães. Tudo foi abafado. O PT e seu governo se calaram. Era preciso trazer para seu lado parte da oligarquia que comanda o Estado.

Mas, o governo Lula não poderia passar isento de denúncias feitas pelo outro bando. Depois da Ágora, levantou-se o pano das fraudes no setor da saúde, equivalentes a 2 bilhões de reais. Assessores diretos do Ministro Humberto Costa foram indiciados como chefes de quadrilhas. As investigações levaram ao mandato de José Serra, Ministro da Saúde de FHC. Certamente, farão algumas prisões e alguns processos correrão anos nos meandros da Justiça, administrada por juízes fáceis de serem comprados.

Esses escândalos são apresentados como casos isolados. Isso porque é preciso acobertar os fundamentos do Estado como administrador dos negócios capitalistas e de interesses de grupos particulares da burguesia parasitária. O fato é que o Estado é inteiramente penetrado de quadrilhas especializadas e que de quando em quando, por razões de interesses quadrilheiros e por disputas políticas uns denunciam os outros. Enquanto o Presidente da República faz discursos internacional defendendo um fundo contra a fome, os parasitas do Estado roubam de dia e de noite.

O Partido Operário Revolucionário vem mostrando que a corrupção é orgânica no Estado, faz parte de seu funcionamento e que não basta denunciá-la. É preciso que a classe operária em sua luta por reivindicações levante a bandeira de constituição de um tribunal popular. Não se trata de limpar o Estado burguês das quadrilhas. Isso sequer é possível. Trata-se de destruir essa máquina de opressão capitalista do povo.

## Governo petista cede ao intervencionismo imperialista



Já foi posto em prática o envio de uma força militar brasileira, que juntamente com outras de nacionalidades distintas, servirão aos interesses intervencionistas dos Estados Unidos e França no Haiti. Segundo os estrategistas do exército brasileiro, procurar-se-á a simpatia dos haitianos com a demonstração de que não se trata de uma invasão estrangeira mas de uma mis-

são de paz. Está aí a hipocrisia deslavada do governo e dos militares.

A invasão foi feita pelos marines norte-americanos e o presidente Jean-Bertrand Aristide foi arbitrariamente retirado do país e exilado. Ocorre que a guerra civil não terminou e as frações que lutam por controlar o Estado continuam ativas. A população tem os Estados Unidos/França como ocupantes que visam interesses econômicos e estratégicos. É evidente que as forças norte-americanas violam a autodeterminação do povo haitiano.

O governo brasileiro ao aceitar o envio de tropas nada mais faz senão dar continuidade ao intervencionismo e, portanto, à quebra da autodeterminação. E o faz na condição de subalterno do imperialismo.

Os trabalhadores brasileiros deve rejeitar essa conduta servil do governo PT/Lula.

## Segmentos do governo federal querem entregar petróleo brasileiro

A Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Maria das Graças Foster, disse que a 6ª Rodada de Licitação (de áreas sedimentares brasileiras com grande potencial de terem petróleo) atrairá interesse maior de grupos estrangeiros do que as anteriores, porque o Governo Federal pôs em leilão as melhores áreas com "comprovada incidência de hidrocarbonetos". São blocos desenvolvidos pela Petrobrás que, embora tenha realizado pesquisas nas áreas, teve que devolver os blocos por determinação do Governo Federal.

A companhia adquiriu as concessões em 1998, antes das rodadas de licitação realizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo Maria das Graças, a 6ª Rodada terá maior presença de empresas estrangeiras. Recentemente, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, informou que estaria sendo oferecido para as empresas estrangeiras o "filé mignon". Pela Lei 9478/97, as empresas passam a ser proprietárias do petróleo e podem exportá-lo, como já vem fazendo a Shell.

O diretor Técnico da ANP, Milton Franke, disse que, por determinação do Governo Federal, as próximas rodadas de licitação só terão as melhores áreas mapeadas e pesquisadas pela Petrobrás para serem entregues às multinacionais estrangeiras.

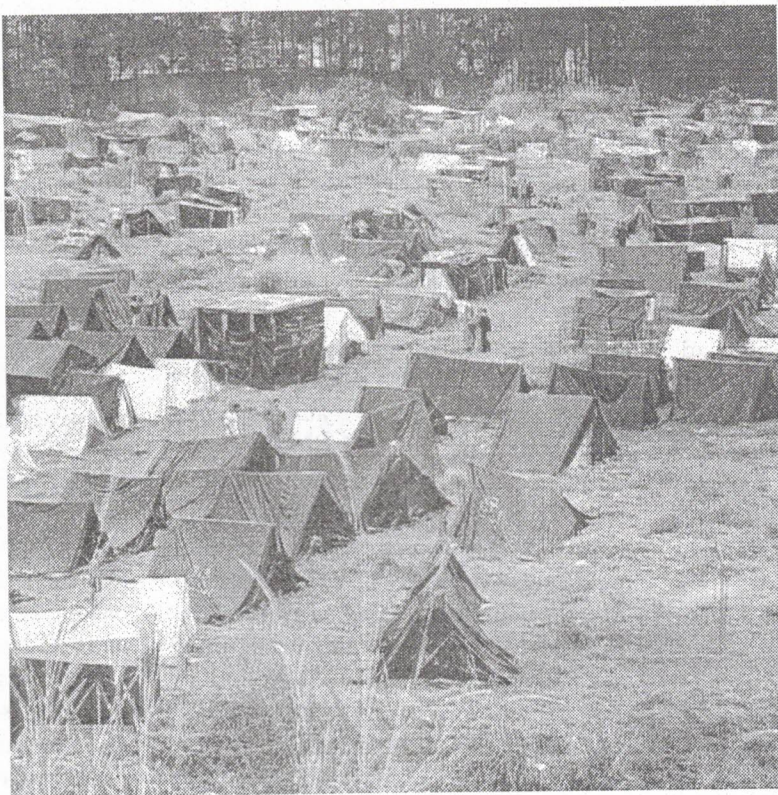
A necessidade de entregar as reservas minerais para o imperialismo, através das multinacionais, mostra que o governo PT/Lula constitui um governo entreguista e antinacional. A obrigação de travar a luta contra a entrega dos recursos naturais está colocada.

A burguesia é incapaz, devido a seus laços com o imperialismo de refrear o entreguismo. Somente o proletariado, liderando as camadas mais exploradas da população (Frente Única Antiimperialista), poderá através de suas lutas conter este entreguismo deslavado. Para isto necessita passar por cima de suas direções (vinculadas ao reformismo petista ou a correntes claramente patronais). Está na hora de reconquistar nossos instrumentos de luta e construir os verdadeiros organismos revolucionários da classe operária!

**Terra:**

# “Maio Verde”, “Acorda Brasil”: reação latifundiária

Com a intensificação das ações camponesas, o “abril vermelho” - denominação ao movimento que resultou em ocupações de fazendas em quase todos os Estados e provocou mobilizações em defesa da reforma agrária - os latifundiários organizaram a contra-reação, o “Maio Verde”. Trata-se da pressão aos governos para que estes punam os sem-terra. Por meio de uma carta, exigem que os “invasores de terras” sejam identificados e seus nomes retirados de todos os programas do Estado que dizem respeito à questão da reforma agrária. As manifestações e caravanas, organizadas pela associação dos ruralistas (UDR) percorreram cidades do Sul do Brasil e concentraram na região



do Pontal do Paranapanema, local paulista de grandes conflitos entre camponeses e latifundiários grileiros.

O presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia criticou o governo Lula de proteção aos “invasores e criminosos”. Dizia: “quem corta cerca, mata boi, invade casa e põe fogo é bandido”. São atos terroristas”. O manifesto intitulado “Acorda Brasil” juntamente com os tratores, boiadas, berrantes e som do Hino Nacional constituíram a contra-reação latifundiária na região do Pontal. Todos os discursos traziam a exigência de criminalização dos sem-terra. Criticaram o Plano Nacional de Reforma Agrária do governo PT/Lula dizendo se tratar de um retrocesso.

Os latifundiários, que têm suas milícias armadas e suas leis próprias, são os que assassinaram mais de 70 camponeses, só ano passado, que deixaram outras centenas de feridos e presos e se organizam para pressionar o governo Lula a colocar o aparelho repressivo do Estado, de forma contundente, contra as ocupações de terra. A UDR reúne os latifundiários e produtores para dar coesão à reação contrária à reforma agrária.

Expressa a fração burguesa mais reacionária e autoritária. Por meio de ações, manifestos, atos, a UDR procura centralizar essa fração burguesa e ampliar o seu poder no interior do Estado. Não por acaso, a bancada ruralista no Parlamento é poderosa. O governo do PT, para esse setor, é oscilante diante da pressão dos camponeses pela terra.

As manifestações e protestos vêm no sentido de coesionar a burguesia para que esta de conjunto se coloque em favor das exigências dos grandes proprietários rurais. A fração latifundiária toma a iniciativa de ação política, como manifestações dessa natureza, para chamar a atenção de toda a classe burguesa de forma que seja defendida não como uma causa particular mas de preservação geral da propriedade privada dos meios de produção.

## Rosseto, cada vez mais acuado

O Ministro do Desenvolvimento Agrário do PT, Miguel Rosseto considerou as manifestações dos ruralistas como parte da democracia. Diz assim: “respeitamos qualquer manifestação,

seja de trabalhadores, ruralistas e agricultores”. E concluiu: “Só não há espaço neste governo para atos ilegais”. Segundo Rosseto, que faz parte da corrente Democracia Socialista, o “Estado de Direito não foi violado” e que os “excessos são combatidos com a lei”. Procurou justificar aos latifundiários que o governo inicia com a negociação e, quando não há acordo, utiliza a repressão policial. Diz que toda ação governamental está assegurada por determinações judiciais. E tudo que a Justiça aprovou, o governo cumpriu. Finalizou mostrando que o Plano Nacional de Reforma Agrária não dá motivo para conflitos entre fazendeiros e sem-terra.

Esse representante da esquerda petista e que, no passado, infelizmente, se reivindicou do trotskismo comporta-se como um reles liberal e demagogo. As leis a que se refere são as leis do capital e de proteção da propriedade privada latifundiária. Os esquerdistas que quiseram fazer uma revisão do marxismo-leninismo-trotskismo terminam como agentes da burguesia. A Democracia Socialista (Jornal Em Tempo) faz o triste papel de uma corrente pequeno-burguesa corrompida no interior do Estado burguês.

## O choque entre os sem terra e latifundiários tende a se agravar

O Brasil é um dos países com maior concentração da propriedade da terra. O dado é estupefacente: 43% das terras agricultáveis se encontram nas mãos de 1,7% de proprietários. Enquanto isso, 200 mil famílias estão acampadas à espera da terra.

O governo Lula, por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária, havia prometido assentar 1 milhão de famílias em 36 milhões de ha de terras desapropriadas.

prizadas dos latifúndios improdutivos. Em pouco tempo, diminuiu para 520 mil famílias e, segundo o governo, assentou 30 mil, nesse ano. Os camponeses sem-terra, por meio das ocupações, pressionam o governo, pela efetivação da promessa dos assentamentos. Por sua vez, os latifundiários usam todos os recursos para impedir que os camponeses assumam com suas próprias mãos o direito à terra.

Como se trata de um governo que chegou ao poder do Estado com o apoio de frações da burguesia e garantindo administrá-lo sem tocar na propriedade privada dos meios de produção não tem como equilibrar os conflitos de classe. O Estado burguês é a ditadura de classe da burguesia. Administrá-lo significa governar de acordo com os interesses dessa classe. Portanto, os choques de classe são inevitáveis. Conforme amplia a crise econômica, mais contundentes se tornam os conflitos. Não há como atender os interesses dos camponeses sem se chocar com os da classe capitalista, proprietária de terras.

A reforma agrária, que pressupõe a divisão e distribuição das terras (produtivas e improdutivas), sem nenhuma indenização aos fazendeiros, é uma reivindicação democrática. Nenhum governo que se propõe administrar o Estado burguês poderá cumprir essa tarefa, seja ele dos partidos oficiais da burguesia, seja o chamado "dos trabalhadores". A legislação do Estado e todos os seus organismos judiciais e repressivos são feitos para assegurar o poder de uma classe sobre as demais. Portanto, a exigência de que o movimento sem-terra se submeta à lei resulta da aplicação da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados.

Não é à toa que a questão da terra e a luta pela reforma agrária vêm desde o início da colonização. De sesmarias aos latifúndios, a burguesia latifundiária garantiu a posse da terra e fez de seu Estado e dos porta-vozes os executores das leis que asseguram o direito à grande propriedade privada. Também não é por acaso que quando se sentiu ameaçada com a Reforma Agrária, mesmo limitada, sob o governo João Goulart, forçou a via do golpe militar. Agora, o governo promete uma reforma agrária que não é uma reforma agrária e sequer pode cum-

prir seu programa de assentamentos. Fracassada nessa tarefa, não tem outra via senão atender as reclamações dos latifundiários.

### **Aliança operário-camponesa**

A reivindicação dos camponeses de acesso à terra só será alcançada sob o governo operário e camponês, ditadura do proletariado. Será resultado da luta de classe e do método da revolução social. O controle da terra pelos camponeses e a expropriação da agro-indústria pelo proletariado são duas tarefas entrelaçadas. A primeira objetiva realizar a tarefa democrática de fim do latifúndio e da opressão sobre a maioria camponesa; a segunda, é de ordem socialista. A tarefa democrática já deveria ter sido resolvida pela burguesia. Mas a direção do regime de propriedade e produção agrárias foi a de modernizar industrialmente algumas regiões, desenvolvendo a agro-indústria, voltada em grande medida à exportação, e expulsando os camponeses da terra, enquanto que nas demais regiões se conservou o arcaísmo da estrutura latifundiária.

Essa situação, configurada nas últimas décadas, permitiu e permite, inclusive, que porta-vozes da burguesia agrária ressaltem o envelhecimento da bandeira de reforma agrária e a qualificação de posição retrógrada diante do capitalismo modernizador e altamente produtivo. Mas não é possível obscurecer a junção do que há de mais atrasado como herança do passado colonial-latifundiário com a tecnificação do agronegócio. O desenvolvimento capitalista baseado na maquinaria, na vasta extensão de terras utilizadas e na avançada agronomia não se generalizou e não se generalizará por todo o território agricultável.

Se é verdade que foi um feito o crescimento produtivo que elevou de cerca de 50 milhões de toneladas de grãos para mais de 100 milhões e a colocação do rebanho bovino brasileiro no topo mundial mais alto, também é verdadeiro que, relativamente à possibilidade econômica do campo infinitamente maior, esse feito indica atraso. Trata-se de um atraso típico de país capitalista semicolonial. Por isso mesmo, a política de assentamentos e reforço da economia de subsistência, em que se

mantém milhões de camponeses na miséria, não se configura em uma verdadeira reforma agrária e já se mostrou fracassada. Ocorre que a contradição do desenvolvimento desigual, que caracteriza não só a estrutura agrária mas também a constituição regional federativa do país, tornou mais complexa a questão do campo e da cidade.

A continuidade da denominada modernização agro-industrial levará a maior concentração monopolista, a centralização regional, a excedente de mão de obra e limitação a produtos exportáveis. Acentuará relativamente o brutal atraso das regiões e Estados em que predominam as velhas estruturas agrárias. Está aí por que, nos marcos do capitalismo, não há mais como resolver a tarefa democrática de reforma agrária. A burguesia não pode encabeçar tal movimento e os camponeses não poderão obrigá-la a assumir aquilo que se contrapõe às tendências econômicas determinantes. No entanto, a tarefa democrática de entrega das terras aos camponeses existe e exige cumprimento. Se não se entende essa contradição, não se pode identificar as forças, os métodos e os caminhos que levarão à transformação do campo.

O proletariado é a classe revolucionária objetivamente amadurecida para assumir as reivindicações democráticas dos camponeses e a libertação das forças produtivas agrárias encarceradas no capitalismo semicolonial. A classe operária não tem outra saída para a barbárie social senão expropriar de conjunto a burguesia, fundamentalmente o capital monopolista. Esse programa estratégico abarca a expropriação da fração burguesa agro-industrial. O mesmo tratamento tem de ser dado à fração que sustenta o latifúndio. Os camponeses terão acesso aos meios de produção sob o regime de nacionalização das terras. O proletariado unido com os camponeses constitui uma força poderosa para impor à burguesia uma revolução agrária, que se dará sob a revolução proletária, de caráter socialista. A defesa da aliança operária e camponesa só é verdadeira e ganhará formas práticas de organização da cidade e do campo se for sob a estratégia da revolução e ditadura do proletariado.

# A organização “Jovens Construindo Cidadania” (JCC): auxiliar do aparelho repressivo do Estado

A maioria dos jovens, filhos de operários, desempregados e subempregados, desde cedo enfrenta a tragédia da pobreza. Mora nos bairros afastados, em casas semi-construídas, geralmente com três bicos de luz e sobrevive repartindo a pouca comida. Convive com os conflitos e a desagregação da família. Uma parte ingressa no mercado de trabalho ocupando postos de menor remuneração, sem carteira assinada e com jornadas acima do estabelecido pela lei. De cada dez, somente quatro têm acesso à escola, sendo que três estão fora da série corresponde à sua idade. Tem crescido o número de adolescentes envolvidos com as drogas, com os crimes e outras formas de violência. E vem aumentando de forma assustadora o contingente de assassinatos e de prisões de jovens. As Febens estão abarrotadas e são retratos da desagregação juvenil.

Para a burguesia e seus governos, essa massa de jovens, que tem energia em abundância, passou a ser mais um problema. E as soluções são de ordem autoritária e repressiva. Ao contrário de tocar na causa dos problemas, os governos agem sobre as consequências, com métodos policiais.

O crescimento da violência e o aumento do número de jovens envolvidos refletem nas escolas. E não há como separá-las do meio social. Não por acaso, eleva-se o número de alunos envolvidos com drogas, assassinatos, agressões, roubos, pichações etc. Os programas estatais vêm no sentido de inibir pela força as consequências, que são de ordem econômica e social.

O sistema de exploração do trabalho, em decomposição, empurra parcela crescente da juventude para os mais variados tipos de criminalidade, forja comportamentos anti-sociais e mutila prematuramente suas faculdades humanas. Frente às manifestações que atingem a ordem social estabelecida, a burguesia e seus porta-vozes atribuem a responsabilidade a própria juventude miserável. É como se a criminalidade fosse um desvio criado fora das relações econômicas e de classe do capitalismo. Os jovens tidos como marginais dão as suas energias um curso contrário à da convivência social e da normalidade da vida na sociedade.

Uma vez que se avoluma o grau de



transgressão e de violência, atingindo a classe média e chegando até mesmo a tocar a tranquilidade da família burguesa (por exemplo, os seqüestros), as instituições responsáveis pelo equilíbrio do ambiente social não vêem outra solução senão sufocar o fenômeno por meio de brutal repressão. Não por acaso, o maior índice de assassinatos realizados pela polícia (900 mil no ano de 2003, oficialmente contabilizados) atingiu a faixa de 16 a 24 anos. A mortandade de jovens transparece a que ponto chegou a barbárie da sociedade de classe. No entanto, essa barbárie é atribuída aos desvios e desajustes da juventude.

Quando a repressão se mostra ineficaz e surge aos olhos da população como falta de proteção, o Estado e os planejadores de sua política são obrigados a lançar métodos e meios complementares ao horror da eliminação maciça de jovens. É o caso do JCC, que em nome da recondução dos jovens à ordem social, utiliza atrativos para formar uma milícia de jovens delatores. Por se tratar de um movimento planejado e executado pelo Estado, intervindo de fora das camadas sociais que vivem o drama da miséria e da decomposição da juventude, necessita-se de canais para penetrar nesse meio. Um desses canais mais significativos é a escola.

## JCC: um projeto do imperialismo

Os governos e a polícia estão impondo às escolas o projeto JCC (“Jovens Construindo Cidadania”) com a suposta finalidade de conter a violência, os crimes e o uso da droga. Tinha originalmente o nome “Jovens contra o crime”, alterado para obter mais facilmente o apoio dos professores, alunos e pais. Iniciado em 1999, conta hoje

com escolas em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No Estado de São Paulo, o JCC vem se alastrando nas escolas da periferia e em municípios como Ribeirão Preto, Diadema, Lins, Bauru etc. Conta com os recursos financeiros das empresas, como Wal-Mart, Panco etc, da Força Sindical, do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, da Universidade Mogi das Cruzes e de Associações Comercial de São Paulo e Cristiano de Moços (ACM), abertamente defensores da ingerência da polícia nas escolas.

A criação do JCC não nasceu da iniciativa dos órgãos governamentais para localizar e punir a juventude tida como violenta. É uma ação deliberada pelos órgãos repressivos norte-americanos ao Brasil, a alguns países da África e do Leste Europeu. A partir do programa “Cidadãos Observadores do Crime”, existente nos Estados Unidos, desde o fim da década de 70, com o intuito de eliminar os crimes que ocorrem nas escolas, esse país impõe aos governos semicoloniais mecanismos de treinamento e de orientação ideológica para adestrar uma parcela da juventude dos bairros para colaborar com a polícia, detectando aqueles que usam drogas, que se envolvem com os grupos marginais, que cometem assassinatos ou roubos e que estão envolvidos com as pichações e outras formas de manifestações consideradas abusivas. Arregimenta jovens para se tornarem delatores.

Com o rótulo de cidadãos e de cidadania, a polícia e o governo pretendem formar uma legião de jovens, que será compensada com alguma forma de privilégio material e ideologicamente preparada, para exercer o “patrulhamento” de determinadas áreas para verificar “atividades suspeitas ou criminosas”, tanto nas escolas como nos locais onde residem. O tal patrulhamento inclui a fiscalização dos banheiros, do estacionamento e do intervalo das aulas. Identificados pelos “coletes azuis” e o logotipo do JCC, os estudantes de ensino fundamental e médio serão usados como suporte para as ações policiais. Essas características lembram a juventude nazi-fascista. Isso exatamente no momento em que os bairros periféricos têm manifestado repulsa à polícia pelos atos criminosos, particularmen-

te com os assassinatos de jovens.

Convencer os jovens e suas famílias à aceitação do JCC significa restabelecer a autoridade repressiva do Estado por meio da polícia. Os policiais estariam concretizando o que foi detectado pelos grupos jovens do JCC. O extermínio, as prisões e punições viriam como soluções aos problemas apontados pela juventude em seu bairro e escola.

Mas o êxito do JCC depende do apoio dos diretores, professores das escolas e membros das associações de bairro. Por isso, a autorização dos diretores, coordenadores e grêmios estudantis constitui o primeiro passo para a sua efetivação. O programa policial JCC traz o critério para a escolha dos alunos, dois por sala de aula. Em algumas escolas, os diretores apontam o melhor e o pior aluno da sala, que serão assistidos pelo "Policial Autorizado". Porém, o fundamental está nos treinamentos, que poderão ser por meio de seminários, conferências e outros encontros entre os escolhidos e a polícia. Pelo fato da juventude gostar do lazer, a orientação é usar os passeios, os jogos e os acampamentos para atrair os alunos. Chega ao ponto de prever viagens aos Estados Unidos para participar do "Encontro Internacional de Prevenção Criminal", que habilita os multiplicadores do programa imperialista de apoio à polícia.

O JCC complementa outro programa da polícia na escola, que é o Proerd, Programa de Resistência às Drogas, envolvendo crianças da 4ª e 6ª séries, também subsidiado por empresas. Essa tem sido a forma da polícia intervir diretamente nas escolas, que passam a ser patrulhadas aparentemente pelos alunos, mas na prática pelo órgão repressivo do Estado. A direção, coordenação e professores são orientados a recorrer à polícia e seus projetos como forma de resolver o problema da violência e das drogas, que são freqüentes nas escolas. Vêm no Proerd e no JCC mecanismos para alcançar a disciplina e a organização das escolas. Não conseguem compreender o que está por detrás dessa investida dos Estados Unidos sobre os jovens pobres. Não entendem que a Polícia representa o aparelho repressivo do Estado burguês, que está a serviço da manutenção da ordem capitalista e do domínio da classe minoritária, proprietária dos meios de produção, sobre a maioria da população. E que os programas e campanhas

em torno da cidadania nada mais são do que armadilhas para exercer o controle policial sobre a escola e o ensino.

A militarização das escolas faz parte da política governamental. Já foram usados muitos mecanismos, como a ampliação da Ronda Escolar, ocupação de zeladorias pelas famílias de policiais, instalação de câmeras etc sempre com a finalidade de acabar com a violência. Ao contrário, cada vez mais, têm crescido os assassinatos, o uso de drogas e a violência nas escolas. Também não é novo o fato dos Estados Unidos imporem programas militares de adestramento nas escolas. Fazem parte do intervencionismo imperialista as campanhas ideológicas em torno da cidadania, paz e fim da violência (encontram-se, inclusive, na base das reformas educacionais do Banco Mundial) e o uso da polícia como forma de inibir a violência nas escolas. Os governos subservientes acatam essa orientação como também as medidas de cortes de recursos à educação.

### Por onde começar?

É verdade que a juventude tem energia e se encontra condições para desenvolver suas capacidades físicas e mentais. Porém, o que vemos é que está impedida de utilizá-las. Está pronta para o trabalho, mas não há emprego para todos. Dispõe de muita energia, mas está contida ou é usada com as jornadas estafantes, com o corre-corre atrás de emprego e com o subemprego. O desenvolvimento físico e mental acaba sendo mutilado pelas condições objetivas de miserabilidade. Contribuiu para isso a própria escola, que é seletiva, memorística e distante da realidade. O que vemos é uma massa de jovens alienada, que recorre a outros meios de sobrevivência, que vão dos roubos a vendedores de drogas. São presas fáceis da burguesia narcotraficante.

Não podemos partir das conseqüências: drogas, depredações, assassinatos, agressões etc. Temos de atacar as causas, que são o desemprego, miséria, falta de vagas nas escolas, ausência de perspectiva de vida para a juventude. E estas expressam, por sua vez, causas econômicas e sociais próprias do sistema capitalista de exploração do trabalho e acumulação de riquezas pela minoria exploradora.

Os países imperialistas ditam as medi-

das neoliberais, que resultam em mais pobreza e corte de recursos públicos aos serviços sociais, e impõem também mecanismos para conter o descontentamento das massas oprimidas. O JCC é um desses instrumentos. Os governos subservientes acatam essas ordens e materializam por meio dos órgãos estatais (Polícia e Diretorias, Secretarias e outros organismos de ensino). As Igrejas e as ONGs são parceiras preferenciais na implantação desses programas de domesticação e repressão. Aparentemente, comparecem como inofensivos, auxiliares à auto-estima dos jovens, pregadores da cidadania e da democracia. O que facilita sua penetração no interior das escolas. Mas não pode esconder plenamente que está a serviço da caça aos jovens tidos como violentos e perturbadores da ordem nas escolas, como qualifica os planejadores do programa JCC.

A burguesia e seu Estado não podem erradicar a violência porque são os responsáveis pelas causas da violência. E, por isso, só podem usar métodos coercitivos e de adestramento ideológico. Ao contrário, a decomposição da juventude oprimida coloca a solução nas mãos dos trabalhadores e estudantes. É na luta pelas reivindicações de emprego, salário e escola a todos os jovens que uma parcela despontará como força social no movimento geral contra o sistema capitalista, que esmaga e mutila as capacidades físicas e mentais da juventude.

Nesse momento, em que os governos espalham pelas escolas o JCC, é necessário que os estudantes e os educadores se contraponham a essa investida. Mas ser contra implica a organização de uma campanha que tenha como centro a defesa de reivindicações como:

1. Emprego a todos os jovens com uma jornada que não ultrapasse 4 horas e um salário calculado segundo as necessidades;
2. Escola em todos os níveis a todos os jovens. Abertura das escolas e salas de aula fechadas com a reforma do ensino do Banco Mundial.
3. Que a escola esteja vinculada à produção social, para que haja aprendizagem e desenvolvimento das capacidades físicas e mentais da juventude;
4. Fim de todos os projetos que dizem respeito à militarização das escolas. A escola não é lugar de polícia. Rechaço ao projeto do imperialismo americano, JCC.
5. Combate a toda a forma de opressão e exploração e luta pelo fim da sociedade de classe.



## Greve nas Universidades Paulistas

# O destino da greve está na ação do movimento estudantil

Os professores e funcionários das universidades estaduais paulistas foram à greve para lutar por reajuste salarial de 16% e outras reivindicações. O Conselho de Reitores (Cruesp) ofereceu ZERO por cento de reajuste nas duas negociações ocorridas. A ordem de não reajustar os salários vem do governo Alckmin que, no ano passado, confiscou 5% dos salários através da reforma da previdência. Um reajuste salarial anularia esse confisco e parte dessa reforma. É por isso que o choque na campanha salarial está sendo brutal, e vai ser duro dobrar os reitores e o governo.

Somente se a mobilização nas universidades for muito forte e ir às ruas para ganhar o apoio da população será possível obter a força necessária para vencer a resistência governamental. E para isso é preciso ir além da greve de professores e funcionários. É preciso a luta do movimento estudantil.

### Vamos ficar de novo à reboque?

A campanha salarial de professores e funcionários nos interessa. Os salários arrochados levam os professores e funcionários a abandonarem a universidade pública e buscarem melhores condições de trabalho nas faculdades pagas. Ou a organizarem as fundações, que privatizam ensino e pesquisa. Sofrem em ambos os casos os estudantes, porque ficamos ou sem aulas ou com más condições de ensino. A proposta das reitorias segue a política de sucateamento e destruição do ensino superior público, e é ditada pelo governo estadual (Alckmin-PSDB). Enquanto sobra dinheiro para implantar os novos cursos "meia-boca" da USP Zona Leste e para dar às fundações, falta dinheiro para repor as perdas salariais causadas pela inflação e pelo confisco da reforma da previdência.

O movimento de professores e funci-



onários precisa da participação do movimento estudantil, que é capaz de levar a luta para fora dos muros da universidade e envolver a sociedade. Até agora, as direções do DCE e CAs não têm organizado a atuação dos estudantes na campanha salarial de professores e funcionários. Isso nos deixa a reboque de suas ações. Acabamos arcando com as consequências de um movimento em que não temos papel de decisão.

Um movimento unitário de verdade tem de se apoiar na democracia universitária. A unidade sem submissão depende da tomada de decisões conjuntas, negociações conjuntas e ações conjuntas. Caso contrário, as reitorias podem se utilizar da concessão parcial de reivindicações a um dos setores para dissuadi-lo da luta e ruptura da unidade. Falando claramente: num movimento conjunto em que não há decisões conjuntas nem negociações conjuntas, o oferecimento de reajuste salarial tira professores e funcionários da luta e deixa os estudantes sozinhos.

### Assembleia geral Universitária

Somente a assembleia geral universitária (professores, estudantes e funcionários, com voto universal) pode garantir a unidade real.

Por isso é que devemos organizar nossas assembleias estudantis, discutir e aprovar nossa pauta de reivindicações (que deve incluir o atendimento das reivindicações de professores e funcioná-

rios) e chamar a unidade real, sem submissão de um setor por outro. Uma pauta de reivindicações conjunta de verdade implica decidir e negociar conjuntamente. Senão, é só uma alegoria da greve, e serve para enganar os estudantes.

Estamos atrasados nesse sentimento. O DCE ainda só convocou uma assembleia geral para o dia 02/06. Até lá, teremos mais uma negociação e assembleias de professores e funcionários, tudo sem a participação ativa dos estudantes.

### As reivindicações estudantis

É importante apoiar a greve dos professores e funcionários? Sim. Mas isso não nos basta. É preciso participar da assembleia dos estudantes e aprovar nela a pauta de reivindicações estudantis e a proposta de discussão conjunta com os professores e funcionários sobre as ações da greve, as negociações e as decisões a serem tomadas. Somente assim poderemos ter um papel ativo na greve, sem ir à reboque e sem arcar com as consequências de um movimento sobre o qual não decidimos.

Se os professores e funcionários não toparem a unidade real, então devemos apoiar sua greve pelo reajuste salarial, sem inventar uma pauta conjunta que não existe na prática.

Nossas reivindicações, além do atendimento daquelas de professores e funcionários são: contratação de todos os professores necessários para o funcionamento dos cursos; fim das fundações privadas; fim dos mecanismos e exclusão de matrículas (sistema Júpiter, ranqueamento etc.), vagas para todos nas habilitações e disciplinas desejadas; assistência estudantil plena (vagas na moradia para todos os que necessitem, bolsas alimentação para todos, mais circulares, de forma a tê-los em intervalos de no máximo 15 minutos etc.), melhores condições das salas de aula (mais salas, com acomodações e ventilação

suficientes) etc.

## O papel dos estudantes

A greve de professores e funcionários depende da mobilização estudantil para crescer e se fortalecer. O meio de impedir que os fura-greve destruam o movimento é a ação coletiva dos estudantes. Temos de aprovar em nossas assembleias a paralisação total das aulas em apoio ao movimento dos professores e funcionários, e agir cole-

tivamente para garantir a decisão tomada.

Os piquetes são instrumentos de garantia da democracia universitária. Organizam-se de várias formas. Uma delas é a ação coletiva estudantil para inviabilizar as aulas dos professores fura-greves. É um erro deixar que o movimento de professores e funcionários dependa exclusivamente da consciência individual de cada um. Isso leva à desintegração do movimento, que só tem força com a ação coletiva. A inviabilização das aulas e outras atividades de

fura-greves é uma medida legítima e democrática, porque impede que uma minoria descumpra a decisão da maioria para se aproveitar de forma mesquinha.

A greve de 2000 mostrou que o movimento estudantil tem papel decisivo na luta em defesa da universidade pública.

A duração da greve depende da sua força. Quanto mais força, mais curta e menos prejudicial às nossas vidas escolares. O destino da greve e do semestre letivo está ligado à participação estudantil na luta.

## Municipais: um balanço necessário

# A suspensão da greve favoreceu o governo Marta/PT

Já era prevista a intransigência do governo Marta/PT com as reivindicações do funcionalismo. Por isso o movimento realizou uma paralisação de 3 dias para enfrentá-lo.

Bastou o governo sinalizar com a reabertura de negociações, a maioria da direção do Sinpeem (PcdoB/PT/Independentes) se curvou à enrolação das negociatas e propôs a suspensão do movimento. Na realidade, esse setor da diretoria se manteve fiel a sua proposta original de 3 dias de paralisação.

Preferiu quebrar o movimento grevista que ascencia, do que abalar suas relações amistosas com o governo, que é um aliado eleitoral.

Quebrada a força do movimento, o governo se fortaleceu. Sem greve, o governo petista manteve o arrocho salarial. Continuou oferecendo esmola aos trabalhadores. Para o magistério, elevou de 1,5 para 2% o índice de reajuste e para o quadro de apoio, propôs mais uma gratificação, na forma de vale-refeição, para complementar o salário até atingir o piso de 3 mínimos.

Nesse um mês de trégua as assembleias vêm se esvaziando. O governo petista agora mais fortalecido, sente-se à vontade para legalizar sua proposta imoral, enviando esse projeto à votação de seus comparsas na Câmara de vereadores.

O governo petista mais uma vez se baseia na ditadura de uma minoria corrompida para implantar a política neoliberal de corte dos gastos.

O mais vergonhoso, é a direção do sindicato propor fazer as inócuas pressões sobre as camarilhas da Câmara, como se as vigílias fossem reverter os votos anti-trabalhadores acordados com o governo.

O reformismo do PcdoB não é diferente da Articulação Sindical

do corporativismo às ameaças de pro-

cessos sobre os lutadores

Além de ajudar a iludir a categoria com falsas promessas de melhorias vindas a partir das negociatas com o governo, o PcdoB defendeu nas assembleias o corporativismo da classe, ou seja, a luta isolada do demais setores. Combateu a idéia da unidade com o magistério estadual, defendida pela POR, com o argumento de que o governo Marta é diferente de Alckmin, porque "negocia" com os trabalhadores. Com essa tática, procura diminuir o impacto do enfrentamento dos trabalhadores com o governo, que julga ser aliado.

Essa proposta de manter a fragmentação da classe só tem fortalecido o governo Marta. Ela age contra os trabalhadores juntamente com os governos Alckmin e Lula para impor a política neoliberal de corte dos gastos.

A defesa do corporativismo mostra como o PcdoB está numa sinuca diante do governo. Sofre pressão dos trabalhadores da base diante dos ataques do governo Marta/PT. Também não pode enfrentá-lo com resistência grevista, por ser um aliado eleitoral. Por isso sua conduta não tem sido diferente da Articulação sindical. Tem colaborado com o governo à medida que propõe o rebaixamento das reivindicações, como o piso de 3 mínimos; defende o corporativismo contra a luta unificada.

Agora ameaça processar militantes do POR e lutadores que denunciam a corrupção da Câmara de vereadores. Ao invés do presidente do sindicato, apoiar a repulsa à corrupção e denunciar seu partido (PcdoB), por puni-lo por não acatar todas as decisões do PT, fez justamente o contrário. Isso mostra a degeneração política desse partido, o quanto assimilou da política burguesa e seus métodos expúrios.

Os demais setores tem sido arrastados pela política do PcdoB

O eleitoralismo determina essa aliança e o colaboracionismo com o PT

As demais correntes e militantes da diretoria procuram mostrar que existe unidade na direção desde o início da campanha salarial. A unidade de fato é necessária para conduzir uma campanha de luta. Porém deve ser feita sobre um claro eixo de combate à exploração capitalista. Caso contrário, significa uma aliança oportunista que se voltará contra a luta dos oprimidos. A oscilação do bloco que compõe a Alternativa, bem como dos independentes, de votar em conjunto com o PcdoB o rebaixamento do piso como reivindicação central, o fim da greve, bem como, as vigílias inócuas na Câmara, expressou o eleitoralismo desses setores. Que submetem a luta dos trabalhadores às disputas eleitorais e portanto, como todos não conseguem desenvolver uma política independente do PT.

É preciso concretizar a unificação do funcionalismo para combater de fato a política neoliberal.

Ficou claro para uma parcela dos trabalhadores que, foi um erro a suspensão do movimento. Também mostrou que é necessária a unificação dos movimentos para enfrentar os governos neoliberais.

O POR desde o início tem defendido o eixo grevista, contra a política de negociatas e atos de pressão parlamentar. Também tem defendido a unidade dos setores em luta, e a sua concretização a partir das assembleias unificadas com o magistério estadual. Essa proposta tem tido aceitação por uma parcela da classe, mesmo sendo combatida pelo PcdoB.

Também tem denunciado o colaboracionismo da diretoria com o governo petista e a necessidade da construção de uma verdadeira oposição, baseada no programa revolucionário, para se contrapor a essa política burguesa desenvolvida no sindicato.

## **Londrina-PR**

Durante a distribuição do nosso boletim, no Colégio Vicente Rijo, cuja direção do grêmio é controlada pela UJS, fomos agredidos por um militante desta corrente. O covarde agressor, que usava um adesivo da UJS na camiseta, jogou todos os nossos panfletos no chão e saiu correndo. Mas nós não nos intimidamos e continuamos a panfletagem.

Essa atitude da juventude do Pcdob serviu para comprovar o que havíamos dito em nosso boletim. Para nós está claro que a UJS segue a “lógica do vale tudo” da política burguesa para poder alcançar postos no Movimento Estudantil e também no estado burguês, e é uma corrente que ao invés de utilizar o embate político usa a violência para tentar intimidar as correntes opostas à sua política.

## **Abaixo a política apodrecida da UJS! Em defesa de uma direção revolucionária para o movimento estudantil!**

O debate político se dá principalmente através da diferenciação das correntes políticas existentes, por isso a Corrente Proletária dedicou boa parte deste boletim a expor suas críticas à União da Juventude Socialista (UJS) – “juventude” do PCdoB – a qual controla burocraticamente as entidades estudantis (UNE/UBES e UPE/UPES). Nosso objetivo, ao intervir nestas entidades estudantis, é o de travar a disputa política ao redor do programa revolucionário, único capaz de expressar as reivindicações e a luta estudantil.

Os métodos da UJS – burocratização e aparelhismo – têm sua origem no PCdoB, que segue a “lógica do vale tudo” da política burguesa para poder alcançar postos no Movimento Estudantil (ME) e também no Estado burguês. E para esconder sua subserviência aos exploradores (capitalistas) e seu papel de capachos tentam vincular-se ao leninismo e ao comunismo. Quem acreditar que os “estalinistas”<sup>1</sup> são marxistas-leninistas deve olhar melhor para realidade.

Para nós da Corrente Proletária, a direção do grêmio é revolucionária ou conciliadora. O caráter do grêmio é dado pela sua direção. Se essa direção expressa as reivindicações dos es-

tudantes e a luta conseqüente por elas, então terá de assumir a política revolucionária, que expressa a independência em relação à direção da escola, os governos e os partidos burgueses, a unidade dos estudantes com os assalariados e assimilação da democracia operária e dos métodos próprios de luta do proletariado. Se, pelo contrário, a direção não tiver independência, não fizer a defesa a fundo das reivindicações, limitando-as, se rejeitar os métodos de luta e a democracia operária, então essa direção será de conciliação e traição aos interesses estudantis. Um grêmio não ficará por muito tempo numa posição intermediária entre as duas.

O programa do grêmio é socialista ou capitalista. A solução plena dos problemas da escola depende da superação do modo de produção capitalista pelo socialista. O capitalismo em decomposição não é capaz de oferecer a educação pública e gratuita em todos os níveis para todos, laica, única e vinculada à produção social. As reivindicações e aspirações dos estudantes se chocam cada uma delas com a existência do capitalismo e com as necessidades dos capitalistas e as políticas de seus governos. Ao se colocar na defesa efeti-

va das reivindicações dos estudantes, o grêmio aponta para a luta anti-capitalista, socialista. De outro lado, a política conciliadora de uma direção ajuda a preservar o capitalismo em de-composição, que despeja o peso de sua crise sobre os assalariados e a população em geral, inclusive os estudantes. Um programa assim é capitalista e traidor das aspirações dos estudantes.

Hoje, nos colégios o que vemos são os “estudantes profissionais” da UJS aparecerem somente em época de congressos estudantis (UBES/UPES) e/ou para confeccionarem as carterinhas estudantis. A existência desta burocracia (“estudantes profissionais”) impede o surgimento de um movimento estudantil enraizado em uma política classista. Para combater os métodos empregados pela UJS/PCdoB, temos que lutar pela democracia estudantil. O grêmio de luta se apóia na democracia estudantil, que não é invenção dos estudantes, mas aplicação da democracia operária ao movimento estudantil. Trata-se de uma necessidade diante da aplicação dos métodos de luta do proletariado, que exigem para sua efetivação a prática da discussão e decisão coletivas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Combater a Reforma universitária privatista e destruidora do ensino público e gratuito do governo do PT/Lula

Movimentos estudantis de diversos países já empunharam em outros tempos a bandeira de “reforma universitária” com o objetivo de lutar pela democracia universitária, pelo ensino público e gratuito para todos, contra o autoritarismo da burocracia universitária e medidas governamentais de redução de gastos com a educação. No Brasil, essa luta se deu particularmente contra os acordos MEC-USAID, nos primeiros anos da ditadura militar iniciada em 1964.

O governo do PT/Lula tem apresentado, desde o primeiro ano de mandato, propostas de mudanças no ensino superior brasileiro. Essas propostas constituem o que o governo tem chamado de “reforma universitária”, e vêm com o conteúdo oposto àquele defendido pelos movimentos ao longo da história. Sua essência é o favorecimento do ensino pago em detrimento do público, e o corte de gastos públicos com o ensino superior.

Na definição do próprio governo, a reforma universitária se baseia nos seguintes pontos: a) o papel das instituições de ensino superior públicas e privadas; b) autonomia universitária; c) gerenciamento; d) gestão e estrutura; e) acesso e permanência; f) programas e conteúdos; e g) avaliação.

A reforma universitária do governo do PT/Lula não é apresentada até o momento como um projeto geral e acabado, mas tem sido formulada a partir de medidas provisórias, projetos de lei e outras propostas. Todas as medidas se interrelacionam e o seu conjunto constitui a reforma universitária.

## O papel das instituições de ensino superior públicas e privadas

Os acordos com os organismos internacionais (Banco Mundial, BID), o Plano Nacional da Educação e o programa de governo de Lula apontam as linhas centrais em relação ao ensino superior no Brasil. A estratégia da política educacional vigente é a de que o Estado deve se empenhar em garantir o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, não há obrigatoriedade do Estado sustentar. Deixando o ensino superior a cargo de instituições pri-

vadas, sob controle governamental. Para o governo do PT/Lula, o ensino superior deve ser mantido por universidades públicas e privadas. Ao governo federal cabe tomar medidas de “inclusão social”, subsidiando o ensino superior para uma parcela da população de menor renda.

A principal medida nessa área é a compra de 25% das vagas nas universidades particulares pelo governo (programa “Universidade para todos”). O pagamento pelo governo das mensalidades (mesmo que seja por isenção de impostos) de 25% das vagas atualmente ociosas constitui um subsídio ao ensino pago, que não terá de gastar nada com isso e terá garantido pelo Estado o pagamento dessas mensalidades. As faculdades particulares aumentam seus lucros, de forma mais segura (sem o risco de inadimplência), a partir de verbas públicas, enquanto as universidades públicas sofrem com a falta de recursos.

A aparente divisão das universidades em públicas, filantrópicas ou privadas será substituída pela definição única de universidade pública, incluindo as privadas nessa categoria. Em ambos os casos, trata-se de falsificação, pois a realidade é que há ensino público em sucateamento e ensino privado cada vez mais dominante e parasitário do Estado.

## A “autonomia universitária”

A autonomia em discussão pelo governo do PT/Lula é a continuidade daquela apresentada pelo governo FHC como “autonomia da gestão financeira”. Não se trata da possibilidade da universidade ter independência do governo e do poder econômico para desenvolver suas atividades de ensino e pesquisa, mas da imposição de orçamentos limitados e da liberdade para captação de recursos privados. Ou seja, trata-se da autonomia para buscar financiamento de onde for possível.

Dessa forma, a autonomia proposta é na verdade a possibilidade do capital atuar sobre o ensino e pesquisa da universidade pública, orientado-os de acordo com seus interesses particulares.

Essa falsa autonomia já tem sido aplicada de forma limitada por algumas universidades e mesmo por governos estaduais.

Tem se traduzido na desresponsabilização do Estado para com as aposentadorias de professores e funcionários, aplicação de diversos tipos de taxas aos estudantes, organização de fundações de caráter privado no interior das universidades, projetos de parceria público/privada para a pesquisa.

Como proposta da reforma universitária, comparece como a institucionalização e estímulo ao conjunto de iniciativas que caminhem no sentido de buscar recursos privados para sustentar a universidade pública e maior liberdade de investimento e lucro para os capitalistas do ensino pago.

## O gerenciamento

Os problemas de gerenciamento das universidades públicas são apontados a partir da morosidade da estrutura burocrática de liberação de recursos para ensino e pesquisa. A necessidade de realização de licitações públicas para viabilizar gastos volumosos atrasa as atividades. Sob o pretexto de “agilizar” as ações universitárias se propõe a organização de fundações que, por não constituírem órgãos estatais, estão livres das limitações de gastos e contratações.

O gerenciamento dos recursos voltados ao ensino superior deve se adequar às estratégias políticas econômicas governamentais e às necessidades do capital de ampliação do mercado. A política econômica dominante, que se apóia no sustento do parasitismo financeiro e favorecimento de investimento a setores do capital, requer o corte de gastos públicos com o ensino superior e o estímulo a que seja fonte de investimento privado. O ensino pago, obedecendo às leis de funcionamento da economia capitalista, requer a possibilidade de aumentar o número de seus “clientes”. O capital anseia pelos ganhos que vêm das parcerias com as universidades públicas e o uso de sua estrutura e pessoal qualificada.

As fundações têm sido o principal mecanismo para viabilizar esses interesses. Mas elas têm se implantado de forma desordenada e sem regulamentação institucional. O que tem levado a uma série de escândalos de corrupção. A tentativa de institucionalização mais geral das fundações visa ao fortalecimento desse mecanis-

mo de privatização.

A regulamentação das fundações atende a interesses opostos aos da comunidade universitária e da população assalariada que sustenta a universidade através dos impostos. Serve para desresponsabilizar o Estado para com o ensino superior público, permitindo que as verbas sejam canalizadas para os bolsos dos credores da dívida pública e corrupção. Serve aos capitalistas da educação, que com o sucateamento da universidade pública prosperam explorando a mercantilização do ensino. Servem à burocracia universitária, que se aproveita às custas do patrimônio público e da privatização do ensino e da pesquisa. Serve à empresa privada, que pode explorar a universidade pública e seus recursos físicos e humanos a custos subsidiados.

Mas a regulamentação das fundações é nociva aos estudantes, que têm menor atenção e dedicação daqueles professores vinculados às fundações e mais interessados em multiplicar por dez seus ganhos. É nociva aos professores que buscam se dedicar ao ensino e pesquisa com liberdade de pensamento. É nociva aos funcionários, que vão sofrendo arrocho, demissão e sobrecarga de trabalho, além de assistirem à deterioração dos serviços públicos na universidade. É nociva à pesquisa, que fica sob o tacão dos clientes das fundações. É nociva à população assalariada que, com a privatização do ensino, fica ainda mais distante do acesso ao ensino superior público e gratuito.

Esse é o real conflito de interesses ao redor das fundações. A burocracia universitária se apóia em debates ideológicos para acobertar interesses dos mais mesquinhos. Não há possibilidade de conciliá-los ao redor de uma proposta única. O conflito será resolvido em favor de uma das partes e em prejuízo de outra.

### **Gestão e estrutura**

Uma universidade que atenda interesses do parasitismo financeiro, dos donos de faculdades e dos capitalistas em geral não pode ser democrática. A democracia universitária, que implica a possibilidade dos que trabalham e estudam decidirem os rumos da universidade, levaria ao choque e à ruptura com a política econômica governamental. Assim, a estrutura de poder burocrática, pela qual o Estado e o capital controlam a universidade através da burocracia universitária corrompida, tem de ser mantida.

A introdução de mecanismos de pseudo-democracia é utilizada para dar um verniz democrático a medidas autoritárias. A participação de frações minoritárias de estudantes e funcionários nos organismos colegiados da burocracia universitária, bem como a introdução de figurantes externos à universidade, e até mesmo a consulta formal à comunidade sobre a eleição de cargos de chefia, não alteram a essência das estruturas burocráticas.

O governo terá de se apoiar nas estruturas burocráticas para impor suas medidas.

### **Acesso e permanência**

A exclusão da maioria dos estudantes ao ensino superior é tratada pelo governo com as políticas de cotas. As cotas para estudantes negros e as cotas para estudantes oriundos de escolas públicas são apresentadas como medidas compensatórias à exclusão racial e social.

As cotas não têm sido colocadas em contradição com a exclusão da maioria dos estudantes ao ensino superior, mas inseridas nos limites da política educacional vigente. Isso porque não alteram o número de estudantes que ingressam no ensino superior público, mas colocam-se apenas como critério diferenciado de seleção, portanto de exclusão. Não se colocam no quadro da ampliação do número de vagas nas universidades públicas. Por isso, não se chocam com os interesses do ensino pago nem com os vestibulares, porque os preservam.

Além disso, dividem os estudantes que, com isso, perdem a força da unidade necessária para a mobilização. Ao invés de se colocarem todos juntos para reivindicar vagas para todos (ou mesmo a ampliação de vagas), comparecem divididos ao redor de qual o critério a utilizar para manter a exclusão da maioria, como se dá atualmente.

As cotas, colocadas no quadro da atual exclusão da maioria, só podem beneficiar uma ínfima fração da classe média, enquanto a massa de assalariados de menor renda se mantém excluídos do ensino superior público.

Ao não favorecer a assistência estudantil, ao não atacar o problema da falta de emprego para a juventude, o governo não responde à questão da permanência na universidade. Medidas como encurtamento dos cursos, redução do número de horas de aula e substituição por aulas "práticas" etc. só ajudam a preencher

com dados manipulados os relatórios de índices de escolaridade.

### **Programas e conteúdos**

As medidas de reformas curriculares, implantação de ciclos básicos e novos cursos, cursos sequenciais, teleensino, ensino à distância, expansão de vagas etc. são a essência das mudanças propostas pelo governo, sob o argumento de ajustar os cursos às necessidades do mercado de trabalho. A exigência de formação escolar na busca de emprego coloca uma parcela da juventude a apoiar a idéia de adaptar a universidade às exigências desse mercado de trabalho.

As reformas curriculares não vêm no sentido de atender os interesses de estudantes e professores. Constituem medidas de adaptação dos cursos à situação de cortes de verbas e falta de condições materiais (professores, estrutura etc.). Os cursos sequenciais são de curta duração, de forma a gastar menos recursos e conceder facilmente um diploma, constituem um meio-termo entre o ensino médio e o superior. O teleensino é o ensino sem professor, mecanizado, decorativo e emburrecedor. A expansão de vagas sem condições materiais só atende às exigências dos organismos externos financiadores.

Tudo isso só serve para o preenchimento de relatórios artificiosos que criam a ilusão da melhora do ensino quando a realidade é de sucateamento e destruição.

### **Avaliação**

O Novo Provão preserva a essência do anterior. Trata-se de um mecanismo de rearranjo (corte) de verbas para as universidades públicas e de favorecimento do ensino pago de diversas formas. Os exames de avaliação não são a expressão das necessidades da universidade em corrigir os problemas existentes e melhorar suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. São uma imposição dos organismos internacionais para que sejam apresentados relatórios que sirvam de base do financiamento externo de projetos. São usados para justificar rearranjos de verbas para as universidades públicas, favorecendo as que se enquadram às políticas acordadas com os organismos internacionais. E servem de instrumento de marketing das faculdades particulares. Os estudantes, professores e funcionários não podem corrigir os problemas da universidade e ainda são penalizados de acordo com o resultado

dessas avaliações externas.

## **A Reforma Universitária que se precisa**

A condição do Brasil de se constituir num país capitalista semicolonial atrasado leva a que existam tarefas democráticas pendentes, não resolvidas pela burguesia nacional, dentre elas as que dizem respeito ao ensino superior. O direito democrático de garantir o acesso à universidade pública e gratuita para todos e a real autonomia universitária não foram e não serão realizados pela classe dominante. Dependem do proletariado encabeçar a revolução socialista e realizar as tarefas democráticas não cumpridas.

O direito à educação para todos depende do Estado assumir o seu sustento material de forma integral. Submeter a educação às leis de mercado capitalista levam à exclusão obrigatória daqueles que não podem pagar por ela. Ao mesmo tempo, a transformação da educação em possibilidade de investimento privado a submete à necessidade capitalista de expansão de investimento. Isso cria uma tendência geral de estrangulamento do ensino público em benefício do privado, pela competição entre ambos e pelo fato do Estado constituir instrumento da classe capitalista e agir em seu favor. A existência do ensino privado leva à desintegração do ensino público e à exclusão da população mais empobrecida ao ensino superior.

Assim, a principal tarefa de uma reforma universitária progressiva seria a de garantir o ensino público a todos, o que só pode ser realizado com a estatização sem indenização de toda a rede particular de ensino sob controle dos que nela trabalham e estudam. A constituição de um sistema único de ensino, que excluiu o ensino pago, é condição para garantir o direito democrático de acesso ao ensino superior para todos.

Esse direito teria de se apoiar em amplas condições materiais para garantir a vida escolar de todos, a partir de assistência estudantil plena e do emprego a todos.

O lugar do Estado diante dessa questão é o de sustento financeiro. Não pode haver ingerência externa dos governos, partidos burgueses ou do poder econômico na universidade, pois deformam o ensino e pesquisa. A real autonomia universitária só pode existir a partir dessa independência.

O poder econômico e seu Estado ma-

nejam a universidade a partir de seu instrumento, que é a burocracia universitária. Essa camada de professores corrompidos pelos interesses mesquinhos e corporativos age autoritariamente para impor a vontade do poder econômico em oposição aos que trabalham e estudam na universidade, e também em oposição aos interesses da população assalariada que a sustenta.

Por isso, a real autonomia universitária depende da destruição da atual estrutura burocrática da universidade. Não se trata de modificá-la, embelezando-a com a participação de mais estudantes e funcionários. Ela tem de ser posta abaixo, para que se possa romper com esse elo de manipulação da universidade pela classe dominante.

A real autonomia universitária se fundamenta na possibilidade dos que trabalham e estudam na universidade decidirem livremente seus rumos. Por isso, se constrói sobre a base do governo tripartite assentado na assembléia geral universitária. Não é possível real autonomia sem a soberania da assembléia geral universitária.

A destruição da burocracia universitária depende da mobilização de estudantes, professores e funcionários. Mais ainda, da ligação desses movimentos com os da população assalariada. Enquanto a burguesia estiver no poder, agirá para manter a universidade de classe, sob seu controle e direção. A luta dos que trabalham e estudam na universidade pode obter vitórias parciais e impor a sua real autonomia, mas ela será sempre transitória enquanto os capitalistas estiverem no poder e puderem usar o Estado para acabar com ela.

A universidade que temos é a da classe dominante. Enquanto ela existir, haverá a separação do ensino e do trabalho. A politécnica, o ensino vinculado à produção social, dependem da destruição da escola de classe, assentada nas relações econômicas capitalistas, ou seja, da revolução proletária. O livre acesso à universidade, fundamento da democracia aplicada à educação, pois elimina a situação em que uns têm direito e outros não, permite que a classe operária esteja dentro da universidade e, apoiada no poder estudantil, na soberania das assembleias universitárias, a transforme profundamente.

Dessa forma, as bandeiras democráticas ligadas ao ensino superior estão em contradição com a existência do capitalismo como modo de produção dominante. As lutas estudantis para reformar a univer-

sidade os levam a se ligarem com o proletariado na luta pela revolução social. A política proletária para a universidade é a de impulsionar as lutas estudantis e de professores e funcionários para que avancem nesse sentido.

## **A transformação do ensino é estratégica**

É necessário combater a reforma privatizante e defender o ensino público questionando a escola de classe, rejeitando o ensino arcaico, obscurantista e seletivo, que expressa o divórcio entre a educação e a produção social. Rechaçar a idéia de uma educação determinada pelo mercado e pelos interesses mercantilistas do empresariado da educação, que inclui também o que se chama ensino profissional e filantrópico. Demonstrar que o argumento de liberdade de escolha de ensino defendido pelas igrejas mascara uma imposição corporativista, que usa o sistema educacional como instrumento de sustentação das seitas e do obscurantismo ideológico. Contrariamente, a escola vinculada à produção social exige que o conhecimento corresponda às reais necessidades da sociedade e permite a luta pelas mudanças históricas.

O objetivo estratégico é o de pôr fim à sociedade de classe. Somente a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva mudará qualitativamente a educação. É preciso que o conhecimento deixe de ser propriedade privada da burguesia, que o controla por meio da propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho. No capitalismo, a função social do ensino está condicionada pelas relações mercantis. A luta contra a reforma privatista e mutiladora do ensino público do governo implica defender reivindicações de ordem democrática que o capitalismo sacrifica e não pode avançá-las. No entanto, não pode ter um fim em si mesmo. O capitalismo não tem como solucionar contradições como a exclusão da maioria explorada do processo educacional, a separação da educação do processo vivo do trabalho, o anticientifismo e o controle corporativo da educação.

Lutamos por uma escola e uma educação novas, como parte de um conjunto de transformações que só o proletariado poderá alcançar por meio da revolução social.

## **Novo Presidente da Volks pede ajuda aos sindicatos**

No dia 06 de maio, o Presidente da Volks se reuniu com os dirigentes sindicais e comissões de fábrica de todas as suas fábricas no Brasil. O Novo Presidente falou sobre a situação da Volks no Brasil e, como sempre, foi só choro.

Iniciou a reunião dizendo que o lucro líquido em 1997 era positivo e que a partir daí ocorreu uma série de quedas nos lucros, resultando que, neste ano, a Volks estaria numa situação difícil, no vermelho. Segundo ele, não existiria crescimento no mercado interno e existiria ainda uma capacidade ociosa de 36% na produção. Avisando que: "A não ser que o mercado cresça, não haverá outra saída do que a redução de custos", ou seja, mais demissões. Concluiu dizendo: "se todos os parceiros agirem de forma conjunta, conseguiremos atingir nossos objetivos. O sindicato tem um papel muito importante nessa parceria".

O novo Presidente também pediu

aos sindicalistas para lutarem pela diminuição do número de processos trabalhistas contra a Volks. Segundo ele, existem hoje cerca de 5 mil processos contra a Volks na Justiça.

### **Sindicalistas Assumem Parceria**

Depois do novo Presidente, foi a vez dos representantes dos sindicatos falarem. O primeiro a falar foi o Wagnão, coordenador do Comitê Sindical da Volks Anchieta. Falou como um verdadeiro parceiro, dizendo que os trabalhadores da Volks Anchieta estão fazendo a sua parte para a manutenção da Volks no ABC. Disse ainda que os acordos de flexibilização de direitos e de salários têm trazido grandes sacrifícios para os trabalhadores. E ainda mais, teve a coragem de dizer que, mesmo com sacrifícios, os acordos devem ser mantidos. Sabem por

que disse isso? Porque tem o emprego garantido.

Dessa reunião entre os sindicatos e o novo presidente da Volks podemos tirar algumas conclusões. A primeira delas é que, assim como os presidentes anteriores, o atual presidente da Volks do Brasil veio com uma tarefa da matriz: reduzir ainda mais os custos para que a multinacional continue com seus altos lucros.

A segunda é que temos de retirar da direção do sindicato e da comissão de fábrica esses pelegos que, com sua política de parceria, estão ajudando os patrões a acabarem com nossos direitos e salários através desses acordos malditos (demissão, redução de salários, terceirização, contratos temporários e todo tipo de ataque aos trabalhadores). Acordos que o próprio representante de nosso sindicato na fábrica, o Wagnão, admite que sejam mantidos com sacrifícios.

## **Judiciário - SP**

### **Todos à assembléia para decidir e aprovar a greve por tempo indeterminado**

A aprovação da proposta de greve para o dia 02 de junho foi uma resposta ao descaso do Tribunal para com os servidores. Basta ver que sequer respondeu à pauta de reivindicações entregue pelas associações há vários meses. Até agora tem se negado a reconhecer o índice de perdas salariais da categoria, que já passa dos 39,19%. Este percentual refere-se apenas ao período de abril/02 a março/04. Está obrigando a categoria a compensar toda a greve de 2001 e ao mesmo tempo não cumpriu vários itens do acordo. Há vários anos retém direitos adquiridos dos servidores como férias atrasadas, FAM, Licenças-prêmio etc e cumpre fielmente a política do governo de corte de gastos com a folha de pagamento através da falta de contratação de novos funcionários, remanejamentos forçados, demissões dos menores colaboradores, afastamentos, exonerações, terceirização dos serviços etc.

A decisão que aprovou a greve no dia 02 de junho foi um passo importante para o movimento. Entretanto, sabemos que, para reverter esse quadro e arrancar do TJ/governo as nossas perdas salariais e alcançar o aten-

dimento das demais reivindicações, só um dia de greve não basta. Portanto, devemos todos aderir à greve no dia 02 de junho, comparecer à assembléia estadual para decidir e aprovar a greve por tempo indeterminado.

### **02 DE JUNHO É GREVE NO JUDICIÁRIO**

Diante da negativa da cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo em atender as reivindicações da categoria, cujos principais pontos são:

- 1-Reajuste salarial de 39,19%;
- 2-Fim da compensação da greve de 2001 e conversão das horas já compensadas em horas credoras;
- 3-Pagamento integral e imediato dos atrasados - FAM, férias e licenças-prêmio;
- 4-Melhores condições de trabalho,

A assembléia do dia 05 de maio, que contou com a presença de mais de mil trabalhadores decidiu, por maioria, pela greve geral da categoria no dia 02 de junho, com assembléia às 14 horas na Praça João Mendes com indicativo de greve por tempo indeterminado.

## Nesta edição:

- Bolívia: O MNR usurpou a Revolução de 9 de abril de 1952 e agora é um cadáver em sua sepultura
- As Quatro Etapas da Central Operária Boliviana
- Iraque cada vez mais explosivo
- Abu Ghraib: retrato do intervencionismo dos Estados Unidos

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



### Bolívia

**Para as massas o problema não está no referendo que remende a lei dos combustíveis, em como se vende o gás, ou na mudança de ministros e até mesmo do presidente burgueses.**

Substituir a grande propriedade privada das multinacionais pela propriedade social, o governo burguês e o embuste parlamentar pela ditadura proletária.

Basta das mentiras de eleições para supostos municípios, que não são mais que quadrilhas de ladrões do dinheiro do povo!

Necessitamos levantar o governo das massas, dirigido e controlado pelos "cabildos abertos" (forma de assembléias populares onde os oprimidos na rua decidem sobre seu futuro) no marco da democracia

direta!

Isso não será conquistado com a farsa eleitoral, mas mediante a ação direta das massas, da violência revolucionária.

A burguesia e seus serventes dizem que é hora das eleições. Se quisermos impedir de sermos lançados à barbárie e à total destruição da natureza, devemos estar convencidos de que chegou a hora da revolução social e atuar conseqüentemente: nos organizando e nos armando.

**Referendo, Constituinte, nova Constituição, são enganações que a burguesia e o imperialismo querem impor ao povo para manterem sua exploração e seus grilhões para nos escravizar!**

O referendo sobre a lei de petróleo parte da presença burguesa e das multinacionais no país. Diria que deveria ser propriedade dos bolivianos, mas, na realidade, ao respeitar o capitalismo e as multinacionais, garantirá que as grandes empresas burguesas e imperialistas tirem todo o petróleo e o gás.

A nova Constituição, assim como a velha, partem dos marcos da ordem burguesa, de uma pretensa democracia ("a democracia mais avançada é uma ditadura burguesa", como dizia Lenin), isso significa que os verdadeiros donos da Bolívia serão a burguesia e o imperialismo e os escravos destes serão as camadas empobrecidas da população.

Essa Constituição respeita e defende a grande propri-

idade privada dos meios de produção (com sua ordem jurídica burguesa e seu aparato repressivo).

Fala-se de uma democracia que, na verdade, não existe, porque na colônia ianque boliviana, devido a nossa extrema miséria, todos os problemas se resolvem com golpes ou com a ação direta das massas.

Nossa resposta: Nos salvaremos da opressão imperialista entreguista e esfomeadora, imporemos a democracia direta mediante a revolução social dirigida pelo proletariado.

(extraído do Masas boliviano nº 1900 de 30 de abril de 2004)